

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.019 - AL (2018/0315162-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192
WILSON SALES BELCHIOR E OUTRO(S) - AL011490A
ALESSANDRA GONÇALVES VIEIRA - DF015207
RECORRIDO : SILVANA LESSA OMENA
ADVOGADO : ANTHONY FERNANDES OLIVEIRA LIMA - AL004320
ADVOGADOS : LUCELIA MORAIS DE BRITO SAMPAIO E OUTRO(S) -
AL010966
ANTONIO OLIVEIRA LIMA NETO - AL014861

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSENTE. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA AFASTADA.

1. Ação de revisão contratual cumulada com repetição de indébito, em virtude de contrato de compra e venda de imóvel firmado entre as partes, por meio do Sistema Financeiro de Habitação.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.
3. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela recorrente em suas razões recursais, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O recurso especial não pode ser conhecido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Afasta-se a multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/15 quando não se caracteriza o intento protelatório na interposição dos embargos de declaração.
7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 18/04/2018.

Concluso ao Gabinete em: 22/04/2019.

Ação: de revisão contratual cumulada com repetição de indébito, ajuizada por SILVANA LESSA OMENA, em desfavor da recorrente, tendo em vista contrato de compra e venda de imóvel firmado entre as partes, por meio do Sistema Financeiro de Habitação.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos, para determinar: *i*) que seja apurado o saldo devedor, amortizando-se primeiramente o saldo devedor com dedução do valor da prestação paga e somente após efetuando-se o reajuste; *ii*) a correção monetária do saldo devedor pelo reajuste do INPC; *iii*) a nulidade da cláusula que determina a contratação dos seguros, por ser abusiva e violar os preceitos do CDC; *iv*) a exclusão da utilização da Tabela *Price* e o recálculo da dívida, proibida a adoção de qualquer forma de conta que importe na sua capitalização, computando-se os juros de forma simples e linear, com taxa não capitalizada; *v*) a manutenção da incidência da correção monetária sobre o saldo devedor precedendo à amortização decorrente do pagamento das prestações mensais; *vi*) a exclusão da cobrança de juros sobre juros; e *vii*) se apurado eventual saldo favorável à parte autora, deverá ser compensado, se débito existir, ou devolvido, de forma simples, devidamente corrigido monetariamente, mais juros.

Acórdão: deu parcial provimento às apelações interpostas pela recorrente e pela recorrida, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REVISIONAL DE CONTRATO. LEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. DEMONSTRADA A EXISTÊNCIA DE VÍNCULO ENTRE O SUJEITO ATIVO DA DEMANDA E A SITUAÇÃO JURÍDICA AFIRMADA. SFH. FUNCEF. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. APLICABILIDADE DAS NORMAS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL CELEBRADOS PELA

FUNCEF, POR SE TRATAR DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (ART. 1º DA RESOLUÇÃO N. 1.980/1993 DO BACEN). INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. SÚMULA N. 321 DO STJ. SUB-ROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. A FALTA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DA CREDORA ACERCA DA TRANSFERÊNCIA NÃO PODE SER INTERPRETADA COMO UMA NEGATIVA TÁCITA, APENAS SE MOSTRANDO RAZOÁVEL EVENTUAL NEGATIVA DA FUNCEF CASO COMPROVASSE ALGUMA CAUSA DE RISCO PARA O ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. TABELA PRICE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ANATOCISMO. RECONHECIMENTO. SEGURO. NULIDADE RECONHECIDA DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/73. RECURSOS CONHECIDOS. PARCIALMENTE PROVIDOS (e-STJ fl. 803).

Embargos de declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados, tendo-lhe sido aplicada a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Recurso especial: alega a violação dos arts. 17, 489 e 1.026, § 2º, do CPC/2015; e 20 da Lei 10.150/00, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, aponta a ilegitimidade ativa da recorrida, uma vez que o financiamento habitacional teria sido firmado, em verdade, por seu ex-cônjuge. Aduz que é a recorrente entidade fechada de previdência privada, não estando submetida às normas do SFH. Defende a inaplicabilidade do Plano de Equivalência Salarial (PES), asseverando que devem ser levados em conta os índices da categoria profissional do mutuário original. No mais, sustenta a legalidade na aplicação da Tabela Price. Por fim, insurge-se contra a aplicação de multa por oposição de embargos de declaração protelatórios.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não decidiu acerca dos argumentos invocados pela recorrente em seu recurso especial quanto aos arts. 17 do CPC/20015; e 20 da Lei 10.150/00, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, neste caso, a Súmula 211/STJ.

- Ausência de indicação do dispositivo legal

A recorrente defende a legalidade na aplicação da Tabela Price, apontando a ausência de anatocismo. Deixa de indicar, todavia, qual dispositivo legal foi violado pelo acórdão recorrido.

- Da divergência jurisprudencial

A falta do cotejo analítico - requisito indispensável à demonstração da divergência - inviabiliza a análise do dissídio.

- Da multa por embargos de declaração protelatórios

Da análise dos autos, percebe-se que os embargos de declaração opostos pela parte recorrente não possuem intuito protelatório, razão pela qual, de acordo com a Súmula 98/STJ, a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015 deve ser afastada.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e V, do CPC/2015, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nesta extensão, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para afastar a multa por oposição de embargos de declaração protelatórios.

Superior Tribunal de Justiça

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora